



Revista Brasileira de Ciências Policiais
ISSN: 2178-0013
ISSN: 2318-6917
publicacesp.anp.dgp@pf.gov.br
Academia Nacional de Polícia
Brasil

Editorial: Psicologia de Polícia

Gouveia Pais, Lúcia

Editorial: Psicologia de Polícia

Revista Brasileira de Ciências Policiais, vol. 13, núm. 10, 2022

Academia Nacional de Polícia, Brasil

Editorial: Psicologia de Polícia

Editorial: Police Psychology

Editorial: Psicologia de Polícia

Lúcia Gouveia Pais

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna,

Portugal

Instituto Universitário Egas Moniz, Portugal

lgpais.25@gmail.com

RESUMO:

O conhecimento advindo da psicologia e a intervenção do psicólogo nas organizações policiais são internacionalmente reconhecidos como cruciais para a melhoria da qualidade da prestação do serviço policial. O permanente desenvolvimento de novas tecnologias e sua aplicação aos problemas policiais obrigam a uma crescente sofisticação dos profissionais de polícia na utilização de competências de tomada de decisão, percepção e gestão do risco, comunicação, liderança, investigação. Selecionar os mais competentes, bem como projetar e desenhar formação e treino para os polícias que estarão em funções em meados do século XXI, implica que os gestores e líderes policiais acolham os conhecimentos advindos da área da psicologia. Este é o primeiro dossiê dedicado à Psicologia de Polícia da Revista Brasileira de Ciências Policiais, apresentando investigação sobre a importância do fator humano nas organizações e intervenções policiais, e a centralidade do estudo da tomada de decisão no âmbito da ação policial.

PALAVRAS-CHAVE: ordem e desordem, psicologia, comportamento, saúde mental, tomada de decisão.

ABSTRACT:

The knowledge coming from psychology and the intervention of the psychologist in police organisations are internationally recognised as crucial to improving the quality of police service delivery. The permanent development of new technologies and their application to police problems requires an increasing sophistication of police professionals in the use of decision-making, risk perception and management, communication, leadership, and research skills. Selecting the most competent, as well as planning and designing education and training for the police officers that will be in place by the middle of the 21st century, implies that police managers and leaders welcome the knowledge coming from the field of psychology. This is the first dossier dedicated to Police Psychology in the Revista Brasileira de Ciências Policiais, presenting research on the importance of the human factor in police organizations and interventions, and the centrality of the study of decision-making in the scope of police action.

KEYWORDS: order and disorder, psychology, behaviour, mental health, decision making.

RESUMEN:

Los conocimientos procedentes de la psicología y la intervención del psicólogo en las organizaciones policiales son reconocidos internacionalmente como cruciales para mejorar la calidad de la prestación de los servicios policiales. El desarrollo permanente de las nuevas tecnologías y su aplicación a los problemas policiales exige una sofisticación cada vez mayor de los profesionales de la policía en el uso de las habilidades de toma de decisiones, percepción y gestión de riesgos, comunicación, liderazgo e investigación. La selección de los más competentes, así como la planificación y el diseño de la educación y la formación de los polícias que habrá a mediados del siglo XXI, implica que los gestores y los responsables policiales acojan los conocimientos procedentes del campo de la psicología. Este es el primer dossier dedicado a la Psicología Policial en la Revista Brasileira de Ciências Policiais, presentando investigaciones sobre la importancia del factor humano en las organizaciones e intervenciones policiales, y la centralidad del estudio de la toma de decisiones en el ámbito de la acción policial.

PALABRAS CLAVE: orden y desorden, Psicología, comportamiento, salud mental, toma de decisiones.

No mundo contemporâneo, caracterizado pelo risco e pela incerteza, e pela volatilidade de tudo, os problemas que se apresentam às organizações policiais e aos polícias conhecem crescente complexidade, exigindo maior e mais qualificado investimento no fator humano. A psicologia ficou, desde há muito, associada ao

estabelecimento da ordem – seja psíquica ou comportamental, quando se desenhava uma ligação entre o conhecimento da mente e as tentativas de normalização ou normatização da vida, em termos individuais e coletivos. A polícia, por seu turno, foi desde o início “responsável pela gestão *da* cidade e da vida *na* cidade” (PAIS; FELGUEIRAS, 2020, p. 86).

Para a identificação de todos os que dão sinais de alteração perturbando a ordem individual, familiar e social, a psicologia procura indicadores relevantes através de exames minuciosos, repetidos e urgentes, procurando antecipar, prevenir, prever, ou ajudar a conter e reprimir comportamentos. Hoje procura-se nas sombras (FOUCAULT, 1993) com o auxílio de novas tecnologias tentando “provar o mal cometido, agora mesmo que o corpo não mostre como visível esse mal e mesmo que nada se consiga perscrutar no psiquismo. (...) [As técnicas mais modernas e sofisticadas possibilitam a] procura no organismo [d]a inscrição delatora da prática do ilícito” (PAIS, 2004, p. 350), antes mesmo que ele ocorra.

É para examinar as ruas, os corpos em movimento, mas igualmente os silêncios, os rumores e as ausências, para gerir o manifesto e o latente, o visível e o camuflado, reagindo ou antecipando-se à necessidade de agir, nas redes sociais e nas redes de comunicação e informação, a polícia e as polícias.

A pesquisa das razões que geram desordem física, psíquica, comportamental, ocupa, por regra, os profissionais de saúde e de saúde mental. Mas outras áreas do conhecimento se interessam pelo assunto; as diferentes disciplinas forenses, munidas de técnicas de diagnóstico cada vez mais sofisticadas, debruçam-se sobre as pessoas e as coisas investigando a racionalidade, culposa ou não, da desordem manifestada.

Diferentes saberes científicos foram sendo chamados a participar na modernização da atividade policial e contribuído para a definição de boas práticas. E se, num primeiro movimento, a polícia procurou embasar e validar a sua atividade no conhecimento científico advindo de diferentes áreas, hoje verifica-se um deslocamento do interesse com diversas disciplinas científicas a focarem-se no estudo da polícia, de entre as quais a psicologia (PAIS; FELGUEIRAS, 2020).

O conhecimento advindo da psicologia e a intervenção do psicólogo nas organizações policiais são internacionalmente reconhecidos como cruciais para a melhoria da prestação do serviço policial, nomeadamente, através do investimento na qualidade das condições de trabalho e no apoio aos profissionais de polícia.

Desde as primeiras décadas do século XX com August Vollmer (CARTE, 1972) a socorrer-se de provas psicológicas para avaliar os candidatos a polícias, até aos nossos dias, o permanente desenvolvimento de novas tecnologias e sua aplicação aos problemas policiais obrigam também a uma crescente sofisticação dos profissionais de polícia na utilização de competências de tomada de decisão, perceção e gestão do risco, comunicação, liderança, investigação. Selecionar os mais competentes, bem como projetar e desenhar formação e treino para os polícias que estarão em funções em meados do século XXI, implica que os gestores e líderes policiais acolham os conhecimentos advindos da área da psicologia.

Nos dias que correm, quanta responsabilidade e quanta exigência está reservada à Polícia e aos polícias. Os homens e mulheres que servem as organizações policiais são, pretensamente, formadas e treinados para lidar com os “ossos do ofício” e “aguentar” qualquer situação. Mas ainda hoje é difícil para algumas organizações admitir que a polícia é composta por homens e mulheres com vulnerabilidades e fragilidades.

Por outro lado, são muitos os que ainda afirmam que quem sabe do ofício são os polícias, o que contribui para a permanência de uma cultura de fechamento relativamente ao contributo de uma ciência que apelidam de “oculta”. De igual modo, também é difícil o reconhecimento de que a ação policial – como toda a ação humana – deve ser social e politicamente enquadrada e entendida, acolhendo a investigação de processos de mudança e transformação social. Ora, isso implica assumir a natureza politizada dos problemas e contextos de investigação, e implica, também, assumir que os dados que buscamos na realidade são construídos pelos instrumentos que utilizamos para os colher e analisar no quadro do paradigma científico que vigora (KUHN, 1998). E que, portanto, há espaço para o questionamento, a crítica e o erro.

Este é, então, o primeiro dossiê dedicado à Psicologia de Polícia na Revista Brasileira de Ciências Policiais. E é com enorme gosto e reconhecimento que agradeço o convite que me foi endereçado pelo Editor-Chefe da revista, o Professor Stenio Santos Sousa, para fazer a edição deste dossiê.

É com este enquadramento que acolhemos as contribuições de autores que se interessam e pesquisam no âmbito da Psicologia de Polícia (considerada uma especialidade para a *American Psychological Association* em 2013), enquanto área de aplicação de princípios e métodos da ciência psicológica às organizações policiais e seus profissionais, enquanto elementos essenciais e ativos das comunidades.

Os três artigos que compõem o dossiê permitem realçar dois aspetos. O primeiro remete para a relativa novidade que esta especialidade ainda constitui no seio de algumas organizações policiais. O segundo revela alguns dos objetos de estudo sobre os quais a psicologia pode e deve ter uma palavra a dizer: a importância da psicologia e da intervenção dos psicólogos enquanto facilitadores da cooperação entre diferentes profissionais; e, a tomada de decisão no âmbito da atividade policial.

Se aparentemente o primeiro tópico parece mais fluído, ele está, com toda a certeza, no cerne da atividade policial. De facto, a adequada gestão do fator humano nas organizações policiais é crucial para um bom resultado ao nível da relação polícia-cidadão-comunidade e da perceção da legitimidade da ação policial.

Isso é discutido no artigo intitulado *Human factors shaping the cooperation of police with other sectors: The example of domestic violence*, onde Catharina Vogt e Joachim Kersten apresentam e analisam os resultados de um projeto de investigação e inovação financiado pela União Europeia – o IMPRODOVA - *Improving frontline responses to high impact domestic violence*. Concebido para desenhar recursos para os profissionais da linha da frente como polícias, médicos e trabalhadores sociais, visando uma resposta integrada à violência doméstica de grande impacto, o projeto envolveu oito países Europeus, 16 parceiros, e teve duração de três anos. O artigo destaca vários fatores humanos que conduzem à desmotivação e à frustração mas também os que melhoram a cooperação entre os diferentes profissionais na intervenção em casos de violência doméstica.

Com as práticas policiais a serem crescentemente escrutinadas, a pesquisa acerca do processo decisório e dos processos cognitivos envolvidos tem vindo a ganhar lugar. A decisão e os decisores policiais são estudados procurando conhecer os fatores influenciadores, facilitadores ou limitadores, que interferem na tomada de decisão, visando o melhor desenlace para a investigação criminal e os processos judiciais. E, é claro, a melhor gestão e liderança do fator humano.

O artigo de Denis Sousa e Antonio Roazzi versa sobre esta matéria da decisão policial e intitula-se *Investigação de homicídio, indiciamento e a tomada de decisão de delegados*. Trata-se de um estudo exploratório que se propôs a identificar o conhecimento e perceções de delegados brasileiros, com no mínimo dois anos de experiência na investigação de homicídios, sobre tomada de decisão investigativa. Os dados recolhidos foram analisados qualitativa e quantitativamente e evidenciam que os delegados não recebem um treinamento com componente científica teórica e prática de modo a que aprendam a reconhecer os fatores influenciadores dos processos cognitivos envolvidos na decisão, desviando-se de falhas cognitivas e potenciais erros judiciais derivados. Eles aprendem a decidir na prática profissional ou através do contacto com profissionais mais experientes, sendo então recomendável que as organizações e os gestores e líderes policiais planifiquem e forneçam os adequados instrumentos de formação e treinamento nesta área.

No mesmo âmbito da decisão policial situa-se o artigo de Carlos Jorge Linhares dos Reis, intitulado *O tiro de polícia: decisão irreversível em ambientes complexos*. Atuar em contextos complexos e imprevisíveis como são, em geral, os policiais envolve por vezes o disparo com arma de fogo. Decidir sobre atirar, ou não, envolve inúmeras variáveis. Perceber como variáveis sociodemográficas, a informação situacional disponibilizada aos polícias e o processo de tomada de decisão influenciam o desempenho de tiro, foi o que o autor pesquisou nos idos 2019 junto de inspetores da Polícia Judiciária Portuguesa e que agora vem a público.

Destaca-se, ainda, desta edição os demais artigos recebidos em fluxo livre, que investigam temas como Inteligência de Segurança Pública, Direito Penal Ambiental, Criminalística, Bioética, Segurança Pública, Criminalidade Organizada, e estudos de casos de fraudes, produzidos por diversas especialidades acadêmicas,

o que denota a multidisciplinariedade das Ciências Policiais fomentadas no âmbito da Revista Brasileira de Ciências Policiais.

BIOGRAFIA DA EDITORA CONVIDADA

Lúcia Gouveia Pais

Doutorada em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Pós-Graduada em Criminologia pela mesma Universidade, e Licenciada em Psicologia (5 anos, área de psicologia clínica) pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada (Lisboa). É psicóloga especialista em psicologia clínica e em psicologia forense, com Cédula Profissional n.º 010051 Da Ordem dos Psicólogos Portugueses. É também e é também psicóloga registada pela EuroPsy (Federação Europeia de Associações de Psicólogos - EFPA; n.º PT-060530-201908). Professora do Ensino Superior desde 1993, nas áreas da psicologia clínica e da psicologia forense. Professora no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna desde 2006, de psicologia, criminologia e métodos de investigação em ciências policiais, é também Diretora do Departamento de Ciências Sociais e Políticas e Coordenadora Científica do Laboratório de Grandes Eventos. É também Professora no Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz desde 2010, de ética e deontologia em psicologia, vitimologia e psicologia de polícia. Investigadora em vários projetos internacionais financiados pela União Europeia e UNICRI, relacionados com segurança de grandes eventos (políticos e desportivos) e violência doméstica. Seus temas de pesquisa atuais são: policiamento de grandes eventos; a identidade social de grupos de protesto e grupos desviantes; polícia, mídia e percepção pública; psicologia policial; tomada de decisão na atividades policial; estudos biográficos de indivíduos ligados ao fenómeno criminal; ciências policiais (em geral). Publica regularmente e é revisora e membro de conselhos editoriais de periódicos científicos internacionais.

REFERÊNCIAS

- CARTE, G. E. *August Vollmer and the origins of police professionalism*. 1972. Tese (Doutorado em Criminologia) - School of Criminology, University of California at Berkeley, 1972. Disponível em: <https://www.ojp.gov/pdffiles1/Digitization/68880NCJRS.pdf>.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- KUHN, T. S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- PAIS, L. G. *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: Perícias Psiquiátricas Médico-Legais e Perícias sobre a Personalidade como Analisadores*. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.12/1666>.
- PAIS, L. G.; FELGUEIRAS, S. Contributos para uma genealogia das ciências policiais. In: ROLLO, M. F.; GOMES, P. M.; CUETO-RODRÍGUEZ, A. (coords.). *Polícia(s) e segurança pública: história e perspetivas contemporâneas*. Lisboa: MUP, Museu da Polícia, 2020. p. 85-100. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Lucia-Pais-2>. Acesso em: 18 ago. 2022.